



Rio Branco-AC, 17 de agosto de 2020.

A sua Excelência a Senhora  
**Leda Mara Nascimento Albuquerque**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Av. coronel Teixeira, n 7995, Nova Esperança  
**Manaus- AM**

D.O.  
Ao CAO-MAPH/URB  
Em 28.08.20

*Wandete Netto*  
Wandete de Oliveira Netto  
Promotora de Justiça de  
Entrância Final

Senhora Procuradora-Geral,

O Ministério Público do Estado do Acre tem o prazer de disponibilizar o aparelho sensor de qualidade do ar, importante instrumento que irá contribuir no monitoramento da poluição do ar nos Estados Integrantes da Amazônia Legal.

Em nosso Estado, os equipamentos fazem parte de uma rede de monitoramento presente em 100% dos municípios acreanos, articulada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural em parceria com a Universidade Federal do Acre - UFAC, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE, e o Tribunal de Justiça do Estado do Acre; e, essa rede integra o Projeto "Observatório das Políticas Públicas de Variações Climáticas", desenvolvido pelo CAOP, que tem como objetivos o monitoramento das mudanças climáticas e a atuação contra as queimadas e as diversas formas de poluição nos 22 municípios acreanos, contando este projeto com o apoio também do Instituto de Pesquisa da Amazônia - IPAM

A Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar constitui uma iniciativa de baixo custo, no qual foram utilizados os recursos das transações penais nos crimes ambientais de pequeno potencial ofensivo, destinadas pelos órgãos de execução do Ministério Público que aderiram ao Projeto, e graças à parceria entre a Universidade Federal do Acre e o Poder Judiciário.

No que se refere à ampliação da mencionada rede para os demais Estados da Amazônia, enfatiza-se, apenas foi possibilitada devido ao apoio do Centro de Pesquisa de *Woods Hole*, através do Pesquisador da UFAC, Professor Foster Brown, que doou esses novos equipamentos.

Os dados dos sensores são transmitidos em tempo real e podem ser acessados por qualquer pessoa através do site: <http://www.acrequalidadedoar.info>. Dessa forma, é possível que a população fiscalize e inste os órgãos públicos a adotar medidas, em caso de níveis de poluição inadequados, além de auxiliar os gestores na tomada de decisão.



Assim, esperamos que essa iniciativa contribua com a atuação do Ministério Público do Estado Amazonas, servindo de estímulo inicial para implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar em seu Estado.

  
*Kátia Rejane de Araújo Rodrigues*  
Procuradora-Geral de Justiça

  
*Rita de Cássia Noqueira Lima*  
Procuradora e Coordenadora CAOP/MAPHU